

# Confederação Nacional da Agricultura concentra-se junto ao parlamento para exigir apoios

2 de Outubro, 2018

Agricultores e dirigentes agrícolas vão concentrar-se, a 8 de novembro, junto à Assembleia da República, para exigirem medidas concretas para fazer face aos muitos problemas que enfrentam, anunciou hoje da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), segundo a Lusa.

Um seguro público, mais apoios aos sistemas de produção tradicionais e a implementação de medidas já aprovadas no decreto-lei que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar, mas que ainda não estão em vigor devido à falta de regulamentação de diversos ministérios, são algumas das reivindicações que os agricultores pretendem levar ao parlamento.

“Estamos confrontados com alterações climáticas completamente imprevistas e que estão a ter consequências muito graves, quer pelos escaldões nesta região, quer pelo granizo em Trás-os-Montes ou pelas inundações que ocorrem em diversas zonas do país e que provocam grandes prejuízos aos agricultores”, disse à agência Lusa o diretor da CNA, Alfredo Campos.

A CNA decidiu convocar a concentração de agricultores para reclamar a inclusão de diversas medidas, que considera fundamentais, no Orçamento de Estado de 2019, particularmente no que respeita aos apoios à agricultura familiar.

O dirigente da confederação falava aos jornalistas durante uma visita a uma exploração agrícola de seis hectares na localidade do Lau, em Palmela, que teve uma quebra de produção de 80% da uva moscatel devido a um “escaldão”, em agosto.

“O ano passado apanhei 98 toneladas de uvas, mas este ano vou ter uma quebra de cerca de 50% na uva castelão. No que respeita à uva moscatel, a quebra de produção é de 80% ou mais. O ano passado apanhei 18 toneladas de uva moscatel, este ano vou apanhar apenas duas ou três toneladas, porque as uvas estão quase todas queimadas”, disse o proprietário da exploração agrícola, Francisco Severino, enquanto mostrava, desalentado, as videiras repletas de cachos de uvas queimados pelo ‘escaldão’ de agosto.

“Não faço seguros porque a gente paga e não recebe. Há seguros para a geada mas o seguro só é válido a partir de 20 de maio. A 27 e 28 de abril caíram duas camadas de geada que deixaram tudo queimado. Estamos desgraçados quando cai geada antes do dia 20 de maio”, acrescentou Francisco Severino. “Os seguros até nem são caros, mas não cobrem a maior parte das situações de risco. Aqui ninguém faz seguros porque todos sabem que não vale a pena.”

A CNA também considera que os seguros existentes não servem, porque as

apólices, em muitos casos, não garantem o pagamento de indemnizações justas pelos prejuízos, mas assegura que os agricultores estão disponíveis para fazer seguros que lhes ofereçam condições vantajosas.

“Como referiu o senhor Francisco Severino, haver um seguro para geadas fora da época em que tem ocorrido geadas, significa que a pessoa está a pagar o prémio e depois não tem qualquer indemnização”, explicou o dirigente da confederação.

Para Alfredo Campos, “é evidente que as companhias de seguros fazem seguros para ter lucro, não é para beneficiar as pessoas. Daí a CNA defender, desde há muito, um seguro público, financiado por fundos públicos com a participação dos agricultores, mas que assegure, de forma isenta e sem ter a perspetiva do lucro, a compensação pelos prejuízos”, cada vez mais frequentes, devido às alterações climáticas.

O presidente da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, Joaquim Caçoete, reconhece que o panorama atual não é animador, mas acredita que “o Estado vai acabar por aprovar algumas medidas excecionais para ajudar os agricultores a suportarem os prejuízos provocados por condições climatéricas que também foram excecionais”.